

Fé, enxada e dinheiro: a socio gênese do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais – Brasil

Faith, hoe and Money: the social genesis of solidarity-based rural credit cooperatives in Minas Gerais – Brazil

Fe, azada y dinero: la génesis social de las cooperativas de crédito rural solidarias en Minas Gerais - Brasil

Recebido: 16/02/2021 | Revisado: 22/02/2021 | Aceito: 25/02/2021 | Publicado: 06/03/2021

Almiro Alves Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7130-0735>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: almiroalves@gmail.com

Alair Ferreira de Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6770-6030>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: alair.freitas@ufv.br

Alan Ferreira de Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5952-2546>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: alanf.freitas@ufv.br

Marcio Gomes da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7291-2373>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: marcio.gomes@ufv.br

Isabela Renó Jorge Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3219-0078>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: isareno95@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa é parte integrante de uma nova agenda de investigação e discussão sobre o cooperativismo de crédito rural solidário, que busca desvelar a estruturação, organização e o impacto da inserção de um novo sistema cooperativo no Estado de Minas Gerais, Brasil. Dentro dessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, sob a perspectiva institucionalista, as origens institucionais do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais a partir de estudo de caso e método de pesquisa qualitativo e descritivo. As inflexões na trajetória das organizações que dão origem ao cooperativismo de crédito solidário mineiro não foram promovidas apenas como estratégia racional para ampliar o desempenho financeiro, e uma dimensão institucional revestiu esse processo, condicionado por elementos simbólicos, políticos e relações de fé. Nesse cenário, esse modelo organizacional emerge das relações vinculadas a fé (igreja), enxada (sindicatos) e dinheiro (acesso a serviços financeiros).

Palavras-chave: Igreja; Cooperativismo de crédito; Solidariedade; Sindicalismo Rural.

Abstract

This research is part of a new research and discussion agenda on solidarity rural credit cooperatives, which seeks to reveal the structuring, organization and impact of the insertion of a new cooperative system in the state of Minas Gerais, Brazil. Within this perspective, the general objective of this research is to analyze, from an institutionalist perspective, the institutional origins of solidarity credit cooperatives in Minas Gerais from a case study and qualitative and descriptive research method. The inflections in the trajectory of the organizations that give rise to solidarity credit cooperatives in Minas Gerais were not promoted only as a rational strategy to increase financial performance, and an institutional dimension covered this process, conditioned by symbolic, political and faith relations. In this scenario, this organizational model emerges from relationships linked to faith (church), hoe (unions) and money (access to financial services).

Keywords: Church; Credit union; Solidarity; Rural union.

Resumen

Esta investigación es parte de una nueva agenda de investigación y discusión sobre cooperativas de crédito rural solidario, que busca revelar la estructuración, organización e impacto de la inserción de un nuevo sistema cooperativo

en el estado de minas gerais, brasil. En esta perspectiva, el objetivo general de esta investigación es analizar, desde una perspectiva institucionalista, los orígenes institucionales de las cooperativas de crédito solidario en minas gerais a partir de un estudio de caso y un método de investigación cualitativa y descriptiva. Las inflexiones en la trayectoria de las organizaciones que dan origen a las cooperativas de crédito solidario en minas gerais no fueron promovidas solo como una estrategia racional para incrementar el desempeño financiero, y una dimensión institucional cubrió este proceso, condicionado por las relaciones simbólicas, políticas y de fe. En este escenario, este modelo organizativo surge de relaciones vinculadas a la fe (iglesia), azada (sindicatos) y dinero (acceso a servicios financieros).

Palabras clave: Iglesia; Cooperativismo del crédito; Solidaridad; Sindicalismo rural.

1. Introdução

No Brasil, o surgimento do cooperativismo de crédito rural solidário em um sistema, até então, técnico e elitista, abriu espaço para um modelo horizontalizado, em defesa da agricultura familiar, originado a partir de uma base social forte e coesa. A partir disso, foi possível estabelecer as bases de uma ação organizacional própria, trazendo parâmetros sociais de atuação, com a entrada de atores com experiências prévias de organização social, sobretudo com o movimento sindical, incorporando outros elementos para a dinâmica de funcionamento de uma instituição financeira, sob os quais o sistema tradicional não se dispunha atuar.

Por meio da pioneira iniciativa do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), constituída em 1995 no Estado do Paraná, se disseminou nacionalmente a possibilidade de desenvolver um cooperativismo de crédito voltado a atender os interesses e as necessidades financeiras da agricultura familiar (AF). Nesse sentido, a partir de 2004, foram organizados dois sistemas de cooperativas de crédito solidário em Minas Gerais, são eles: o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), este vinculado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); e o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar (Creditag), este, vinculado a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

O cooperativismo de crédito rural solidário resulta de uma conjunção de elementos de caráter sociopolítico (interações entre atores sociais ligados a AF, tais como Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Associações, Cooperativas de Produção, agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural); econômico (busca pelo acesso a serviços financeiros pela AF) e de resposta no âmbito político estatal as pressões sociais (criação de políticas públicas voltadas para a AF). Assim, a partir desse conjunto de relações, tem-se a formação de uma base social e de um contexto político estatal que fornece as condições para a emergência e consolidação desse modelo de cooperativismo de crédito: (i) introdução de novas formas organizacionais por atores ligados a AF; (ii) falta de acesso a recursos financeiros ligados ao SFN; (iii) limitações existentes para inclusão financeira da agricultura familiar no sistema financeiro tradicional¹ e, (iv) a criação e fomento de políticas públicas de crédito, com destaque ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O objetivo da pesquisa foi compreender os processos sociopolíticos subjacentes à constituição do cooperativismo de crédito solidário na Zona da Mata Mineira e como eles influenciaram no processo de constituição dessas organizações financeiras. Esta dinâmica levou a transmissão de um conjunto de crenças, normas e valores vinculados a estes atores, incorporados a estas estruturas organizacionais, a fim de aumentar a representatividade para além de seu campo de ação, ou seja, ampliando além da esfera sociopolítica para a esfera econômica (Sistema Financeiro Nacional).

Ao focar suas ações na criação de uma nova forma organizacional, os movimentos sociais lideraram tentativas coletivas produzir novas crenças, normas e valores nas estruturas econômicas, o que permite o desenvolvimento de relações econômicas

¹ Estamos denominando de Sistema Financeiro Tradicional o modelo de sistema financeiro que historicamente excluiu de seus serviços de crédito a agricultura familiar. Mesmo no âmbito das políticas públicas de crédito rural, a agricultura familiar não era o foco. Por exemplo, a primeira política agrícola voltada para esse segmento social foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1996. Além desses aspectos, a estrutura mais verticalizada e restrita participação dos atores na definição dos produtos e serviços também caracteriza o Sistema Financeiro Tradicional.

com racionalidades mais próximas da dinâmica da agricultura familiar, criando assim descontinuidades neste universo organizacional.

2. Metodologia

Este artigo é fruto de uma agenda de pesquisa sobre o cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais. Em termos metodológicos esta é uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. O método qualitativo trabalha com uma realidade particular, composto de significações, crenças, valores, motivações em um universo de relações que não são satisfatoriamente operacionalizados por quantificações e aplicações de variáveis estatísticas (Minayo, 1996).

O procedimento metodológico do tipo descritivo é utilizado, principalmente, nas Ciências Humanas e Sociais, para trabalhar dados ou fatos colhidos da própria realidade, segundo afirmam autores como Bervian e Cervo (2002) e Vergara (1998). Logo, é possível perceber a constância com que um evento ocorre e sua relação ou interdependência com outros, e seus impactos na vida social, política, econômica de grupos ou organizações estudadas. Quanto ao método, esta pesquisa consiste em um estudo de caso. De acordo com Yin (2010, p. 15), um estudo de caso “estuda um fenômeno em seu contexto real” e tem como objeto de estudo uma entidade bem definida.

A coleta de dados da pesquisa utilizou-se do método da triangulação, composto por: (i) entrevistas semiestruturadas (ii) pesquisa bibliográfica e documental; (iii) observação participante. Foi definido como estratégia de atuação, o método de entrevistas em profundidade, com o interesse de obter informações com o maior detalhamento possível dos informantes. Como se trata de um estudo inserido em uma agenda ampla de pesquisa, para aprofundamento da metodologia utilizada, consultar Alves Júnior (2018).

3. CPT, CEBS e o Novo Sindicalismo Rural Brasileiro

Para diversos pesquisadores do cooperativismo de crédito solidário (Freitas, 2011; Búrigo, 2006; Schröder, 2005; Bitencourt 2001, entre outros), é impossível dissociar a emergência dessas organizações das relações sociais que emergiram no rural brasileiro a partir da intervenção da Igreja Católica, com destaque para as ações promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As Comunidade Eclesiais de Base (CEBs), surgiram no Brasil a partir dos anos de 1960, como uma estrutura de evangelização apta a enfrentar os desafios impostos por uma doutrina teológica da libertação e por um contexto sociopolítico de liberdade individual e de organização coletiva limitada (Regime Militar). Segundo Frei Betto (2018), as CEBs possuem princípios norteadores: (i) a espiritualidade bíblica, no qual se deve criar meios para que o indivíduo se devote a liturgia e a vida de oração e possa influenciar e guiar outros irmãos pelo caminho da fé; (ii) atuação política, onde a fé reforçada pela prática espiritual, o direciona ao comprometimento com o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária, de modo a atuarem em sua realidade em busca de justiça social e econômica para ele e seus semelhantes.

De acordo com Löwy (2016, p.95), “A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria existência de vida”. Devido à falta de clérigos em número suficiente para atender a toda a comunidade católico-cristã, a ideia de se formar leigos para serem porta-voz da igreja em suas comunidades, passou a ser visto com bons olhos pela igreja, sobretudo pela crescente expansão do protestantismo em território nacional.

Assim, visando suprir a carência de ministros ordenados, constituíram uma estrutura que proporcionou um processo de conscientização dos cristãos frente dos problemas sociais e eclesiais (Regidor, 1996). Ao assumirem os serviços religiosos em sua comunidade, o leigo passou a exercer uma posição de liderança e acabou por desenvolver um novo conjunto de habilidades cognitivas e relacionais, que dentro da noção dada pela Teologia da Libertação - para a qual “assim como o corpo sem o espírito

está morto, assim também a fé sem ações está morta” (Bíblia, Tiago, 2:26) - o levam a atuar também fora da estrutura religiosa como uma liderança, intervindo em outros segmentos relacionados a seu cotidiano. Reforçando essa noção Schröder (2005, p. 101) afirma que “as CEBs, que foram um importante espaço de estímulo às atividades comunitárias e à formação de lideranças, que depois assumiram cargos de direção nos movimentos sociais, políticos e sindicais”. Corroborando com esta visão, Campos e Mendes (2011, p.21) argumentam:

“O surgimento das CEBs insere-se em um contexto de questionamentos internos e pela opção de abertura por parte da Igreja católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pelas transformações que passa a sociedade civil na América Latina. Em algumas regiões no Brasil, as CEBs foram de fundamental importância para a construção de bases sólidas de solidariedade e de politização das discussões sobre a realidade de cada comunidade. As CEBs conseguiram aglutinar pessoas em torno de um ideal comum: a reflexão sobre seus problemas, tendo como motivação final a esperança de melhores condições de vida”.

Dentro deste cenário, ocorre em 1975 a criação da Comissão Pastoral da Terra, durante encontro realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e apesar de ligado diretamente a Igreja Católica através da CNBB, é um movimento de caráter ecumênico. É uma iniciativa que ocorre durante o Período Militar, no qual a situação de exploração do trabalhador rural e dos pequenos agricultores, vinculados as políticas de incentivo e expansão da monocultura em território nacional, submeteu os mesmos a condições de trabalho análogas ao escravo, e em muitos casos, a processos de grilagem da terra, que os expropriavam tanto do seu meio de sustento (a terra) como da sua própria história (CPT, 2018).

O trabalho desenvolvido pela CPT e pelas CEBs passavam, de acordo com Ferreira (2003) e Brunow (2011) por: (i) formação político-religiosa; (ii) assessoria jurídica; (iii) mediação no conflito com o Estado; (iv) divulgação e implantação de projetos de desenvolvimento econômico, (v) criação de espaços para debates e interação entre o meio científico e os movimentos populares; (vi) Organização de espaços de socialização política entre os trabalhadores e outras organizações, além de financiamento para participação nestes espaços pelos mesmos.

Com o advento da CPT e CEBs, a Igreja proporcionou uma poderosa ferramenta para criação e expansão de diversos movimentos ligados a realidade vivida pelos trabalhadores rurais, sendo o impulso definitivo para a alteração do modelo de intervenção da Igreja no meio rural (Gonçalves, 2012). Para Paula e Silva (2011), esse “impulso” acabou por propiciar os elementos necessários para a emergência de um sindicalismo mais combativo e mais representativo das bases sociais que o compõe. Ainda de acordo com Gonçalves (2012, p. 1):

A Igreja Católica tem grande importância no processo de socialização no Brasil, sobretudo no meio rural, onde a estrutura paroquial se mostrou bastante eficaz. Por meio da Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o catolicismo fomentou a organização de vários movimentos sociais, dentre eles o Movimento Sindical que deu origem aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, bem como a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se apresenta, atualmente, como o movimento de maior projeção na mídia no que se refere à luta pela terra no país.

A diretriz democrática que rege o funcionamento das CEBs cooperou decisivamente para a revitalização/reorientação e criação de movimentos sociais e políticos ligados a populações marginalizadas e encorajou a auto-organização das bases e culminou em um distanciamento das antigas oligarquias políticas e de retórica que não encontravam ressonância nas práticas dos mesmo, abrindo assim espaço para o surgimento de novas lideranças no cenário político, com maior identificação com suas lutas cotidianos e sua realidade (Löwy, 2016).

Campos e Mendes (2011) afirmam que o efeito desse novo modelo de intervenção social promovido pelas CEBs e CPT, impulsionou o sindicalismo rural dos trabalhadores em direção a um modelo sindical próximo as bases sociais que o sustentam e com um viés que questionava as condições de vida no campo e o modelo de agricultura desenvolvimentista. Houtzager (2004, p.133) cunhou o termo “incubadores institucionais” para diferenciar “casos em que as elites vão além do papel de aliados de

movimentos e, na realidade, organizam novos atores, procurando, assim, reconstituir as clivagens políticas e reorientar a contestação política”. Em relação aos resultados dos trabalhos da CPT e dos CEBs junto as comunidades rurais, podemos defini-los de acordo com o conceito proposto por Houtzager, uma vez que um destes desdobramentos culminou no que ficou conhecido como novo sindicalismo rural que se originou a partir década de 1970 no Brasil. “Esse novo sindicalismo era diferente do sindicalismo tradicional, preocupado com questões burocráticas e em alguns casos realizando um trabalho assistencialista” (Campos & Mendes, 2011, p.24).

Para Houtzager (2004) os incubadores institucionais são formados por atores com alto poder influência e que vão além do papel de meros espectadores interessados em um processo, intervindo de forma decisiva na organização, composição e estruturação de atividades de cunho coletivo e influenciando diretamente no sucesso delas. Segundo Houtzager (2004, p.166), “Incubadores atraem grupos desorganizados a seus campos organizacionais e ideológicos, ajudam a redefinidos como grupos sociais e patrocinam sua constituição como novos atores coletivos”. Ainda:

No Brasil, a meu ver, a Igreja e o Estado assumiram o papel de incubadores institucionais para diferentes segmentos do movimento dos trabalhadores rurais. Eles compensaram a base social fraca do setor rural e a falta de recursos, ofereceram proteção crucial em relação à repressão ameaçadora por parte de outros grupos de elite e forneceram grande parte do material ideológico para a formação de novas identidades coletivas (Houtzager, 2004, p. 166).

Löwy (2016) ainda afirma que as CEBs tiveram grande relevância na constituição de uma nova cultura política no Brasil, a qual denominou de “democracia das bases”, que se encontrava em dissonância não só ao Regime de Governo em vigor no país naquele momento (Regime Militar), mas se colocava como alternativa as tradições políticas dominantes: (i) o clientelismo, que deixa boa parte da população refém de uma estrutura de poder assistencialista e patriarcal; (ii) o populismo, que optou por criar estruturas representativas do trabalhador de forma unilateral e com baixa participação da base e muito controle governamental; (iii) o verticalismo, marca de regimes fechados (tanto de direita, quanto de esquerda), para se pensar o desenvolvimento econômico e social.

Freitas (2011, p.76) sinaliza que “os trabalhos comunitários das CEBs, podem ser considerados os tecelões das redes sociais sob as quais emergiram várias outras organizações”. Portanto, é a partir do trabalho das CEBs, de formação e informação cultural e política das lideranças, nas comunidades locais, que é criado os alicerces para a implementação das cooperativas de crédito solidário na região. A dimensão institucional do processo de criação delas, pressupõe a infusão de valores às organizações e, para compreender quais valores proporcionaram as condições para a sua emergência, é preciso retomar o papel da igreja e do sindicalismo contextualizado na realidade local dos empreendimentos estudados.

Em Minas Gerais, especificamente na Zona da Mata mineira, a origem dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) está diretamente relacionada às atividades das CEBs, em especial ao Movimento Boa Nova (MOBON). Segundo Freitas (2011), o MOBON deu uma nova dinâmica ao trabalho das CEBs, uma vez que criou um espaço de interação entre lideranças de diversas CEBs e proporcionou a expansão de suas redes sociais, o que criou uma nova dinâmica ao trabalho pastoral e, conseqüentemente, alteração no panorama político dessas comunidades.

Segundo Gonçalves (2012, p. 13), o Mobon foi constituído com o objetivo de legitimar e valorizar a atuação de leigos nas atividades católicas: “Investia-se na formação de lideranças com o propósito de que estas pudessem atuar na organização e coordenação de práticas religiosas nas comunidades católicas que o Mobon Se propunha a formar”. Essa formação era acompanhada do estímulo à participação e à intervenção na realidade sociopolítica de sua comunidade.

Nesse sentido, a filosofia de intervenção do Mobon Passa pela reflexão sobre os ensinamentos da fé cristã, conduzida de maneira que desperte para um cristianismo prático, que interfira e desenvolva uma visão mais crítica da realidade. Como resultado prático, acaba por demonstrar a relação direta que existe entre a fé e prática cristã no dia a dia. Assim, lideranças formadas e forjadas nessa cosmovisão cristã debruçaram-se sobre a necessidade de viver a sua fé por meio das boas obras

(Teologia da Libertação). Em consequência, houve um fortalecimento da consciência na participação sócio-política e passaram a se organizar em grupos sociais baseados na fé e solidariedade cristã. Por intermédio da utilização de mecanismos de reciprocidade e confiança, criaram grupos coletivos de compras e organizaram novas instâncias sindicais que os representassem de forma efetiva entre outras iniciativas (Mobon, 2018).

Comerford (2003, p. 141) afirma que o Mobon se difundiu na região da Zona da Mata mineira, durante a década de 1960, “multiplicando uma estrutura de cursos, equipes de reflexão, comunidades, plenárias e coordenações que formou uma considerável camada de lideranças camponesas católicas”. É a partir desta base de lideranças formadas pelo MOBON, que foram constituídas as lideranças que guiaram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região em direção a um sindicalismo de base e combativo.

A partir dos anos de 1980, surgem os primeiros STRs de origem nas CEBs na Zona da Mata mineira. Segundo Freitas (2011, p. 78) “os sindicatos nascem, neste contexto, como demanda do próprio segmento e incorporam os elementos religiosos e místicos”. Esses sindicatos são as primeiras estruturas criadas na ZM como resultado das mobilizações dos trabalhadores e agricultores rurais iniciadas dentro das CEBS e do Mobon atuantes na região. Essa noção é reforçada pela seguinte fala:

O nosso movimento social no nosso campo da agricultura familiar, aqui na nossa região [...] surgiu pelas comunidades eclesiais de base. Como resultado dessa mobilização surge a criação do sindicato de trabalhadores rurais, a primeira estrutura criada aqui na zona da mata (Entrevistado EXPRE01)².

A atuação das CEBs e as relações sociais, estabelecidas e fortalecidas dentro do seu contexto de ação, promoveram um senso de pertencimento e de coesão comunitária, que ao se revelar uma fonte de confiança, ao longo do tempo, provaram ser basilares para as emergências de novas experiências ligadas ao processo de desenvolvimento do meio rural. Freitas e Freitas (2013, p. 442) reforçam que:

A coesão social identificada no grupo que forma as cooperativas é, sem dúvida, uma particularidade que define a dinâmica organizacional. E, como é possível perceber ao retomar a trajetória histórica da agricultura familiar na Zona da Mata, trata-se mesmo de um processo sociopolítico em que a Igreja Católica teve um papel substantivo.

A mística, nesse cenário, pode ser definida como momentos de reflexão subjetiva e introspectiva, que ocorrem no momento de abertura de reuniões, encontros e outros eventos ligados a organizações da agricultura familiar. Esse espaço também serve para recordar a “atuação das CEBs como proponente de uma nova forma de pensar a agricultura e os trabalhadores rurais. São manifestações que fazem parte da cultura destes grupos sociais, comportamentos introjetados no cotidiano dos indivíduos, comunidades e organizações” (Freitas e Freitas, 2013, p. 443).

A relevância da presença da mística nesse contexto, justifica-se pela importância de vincular o plano simbólico, mas principalmente concreto, da Teologia da Libertação, e seus rituais, para uma prática da ação salvadora, que se materializa na formação de uma coesão social e de mecanismos de confiança dentro das comunidades locais, como podemos perceber na fala de um dos entrevistados:

Então, no início o trabalho da CEBs foi que fomentou porque... quando a gente fala da CEBs, que é as comunidades eclesiais de base, a gente está falando de uma religião, de uma forma de expressar sua fé, mas que não fica só na questão de rezar, né? Então o trabalho da CEBs começou a trazer a pessoa a reflexão da realidade que tinha, que não era bacana naquele período né? Então, nesse diálogo de discussão de desafios é que foi né, a surgiu a EFA, né? Escola família agrícola em 83, né? Que foi a primeira escola família agrícola do estado de Minas, foi aqui em Paranapanema, dessa escola família agrícola e do trabalho da CEBs é que surgiu as lideranças do sindicato (Entrevistado DIR02).

2 Para se preservar o direito à privacidade e o princípio da isonomia nesta pesquisa, os entrevistados não terão as identidades reveladas e foram gerados códigos para representá-los em caso de citações das falas, no corpo do texto.

Sensato (2013, p. 71) afirma que o processo de fundação dos SRTs ZM trouxe legitimidade institucional a um “conjunto de demandas e reivindicações que abrangiam temas variados como produção agrícola, crédito, relação patrão-empregado [...] um instrumento para que aquele conjunto de trabalhadores saísse da situação de opressão identificada a partir do trabalho da igreja”. Assim esse movimento marcou uma mudança no panorama do ambiente rural da ZM.

Comerford (2003) relata que foram fundados, inicialmente, cerca de 15 sindicatos³ e que, invariavelmente, suas lideranças fundadoras encontravam-se diretamente ligadas aos quadros das CEBs, seja como lideranças, seja como militantes, e, além disso, tinham recebido formação nos cursos do MOBON. Eram sindicatos combativos que se “destacaram pelo encaminhamento de ações para a justiça e pela realização de acordos entre patrões e empregados na sede do sindicato, distinguindo-se assim claramente dos sindicatos ‘isolados’ que existiam na região e dos Sindicatos de Produtores Rurais” (Comerford, 2003, p. 256).

As principais questões na pauta desses sindicatos, até o início da década de 1990, foram: (i) apoio jurídico em disputas judiciais em processos trabalhistas e processos relacionados à parceria; (ii) acesso ao sistema de saúde por intermédio dos convênios do Funrural; (iii) revisão das dívidas bancárias dos pequenos produtores; e (iv) luta por direitos relacionados à previdência social pelos trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, Comerford (2003) aponta:

Em 1985, iniciou-se na região uma discussão através do MOBON, que nós cristãos tínhamos que transformar nossa fé em ação concreta, para a transformação da sociedade. A partir de então, várias lideranças foram assumindo as lutas. Com a chegada da CPT na região, inicia um trabalho de assessoria para a fundação de sindicatos, aumentando o número de sindicatos na região, que surgiam com dificuldades. Mas com muita esperança de fazer uma grande luta em nossa região, todos os sindicatos que foram fundados na região, tinham o mesmo objetivo: lutar pelos direitos dos trabalhadores. A primeira grande luta foi pelo direito à saúde, depois pela anistia para os pequenos produtores e a luta pelos direitos trabalhistas. Bem antes da fundação dos sindicatos em nossa região, havia uma prática das comunidades de fazer troca de lideranças em um município pro outro, para participar dos cursos de Natal e Semana Santa. Os sindicatos adotaram a mesma prática, inclusive na época da fundação era costume um município onde já tinha sindicato, as lideranças iam para outro, para fazer os chamados mutirão para fundação de sindicato. Na luta pela anistia, foi a nível regional, a luta pela saúde e por direitos trabalhistas, os advogados contratados eram para a região, contador para fazer a contabilidade dos sindicatos da região (Comerford, 2003, p. 298).

Algumas questões foram resolvidas com o advento da Constituição Federal de 1988 (como o acesso a serviços de saúde), e, ao obter êxito sobre a questão da previdência rural, os sindicatos passaram a ser atores principais na execução da política previdenciária rural do Estado brasileiro, conquistando grande legitimidade tanto com suas bases, quanto com órgãos governamentais (Comerford, 2003). Outro importante desdobramento para os STRs ZM foi a aproximação e a troca de experiências entre os sindicatos constituídos, o que fortaleceu as estruturas de funcionamento e a legitimidade perante a sociedade. Essa aproximação facilitou a criação de uma associação regional dos sindicatos dos trabalhadores rurais da Zona da Mata.

Em termos gerais, “o novo sindicalismo rural deixa os anos de 1980 ainda com as glórias de ter-se constituído num movimento de confrontação ao Estado ditatorial e ao latifúndio, gozando, por isso, de forte reconhecimento social” (Favareto, 2006, p. 36). As conquistas obtidas na Constituição de 1988, principalmente as relacionadas às questões de saúde e previdência, abrem espaço para novas pautas dentro do sindicalismo rural, no qual assume o protagonismo “um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar” (Favareto, 2006, p. 38). Nesse projeto, questões relacionadas ao associativismo, cooperativismo de produção e crédito, assistência técnica, permeiam as pautas de

3. STR de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira; STR de Tombos; STR de Eugenópolis e Antônio Prado de Minas; STR de Pedra Dourada; STR de Palma, Laranjal e Santana do Cataguases; STR de Vieiras; STR de Miradouro; STR de São Francisco do Glória; STR de Carangola; STR de Fervedouro; STR de Espera Feliz; STR de Divino; STR de Ervália; STR de Araçuaia; e STR de Visconde do Rio Branco.

discussões dos STRs durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 (Favareto, 2006; Silva, 2010).

Silva (2010, p. 44) aponta, em seu trabalho, que as pautas sindicais, em seus anos iniciais de atuação, tratam de temas “relacionados à assistência social, saúde, previdência, trabalho de base, aposentadoria, escolinha sindical” e que, a partir de meados da década de 1990, perdem espaço para tópicos relacionados a questões sócio produtivas e econômicas. Discussões acerca do acesso a políticas públicas vinculadas à agricultura familiar (como PRONAF) entram em pauta e ganham força dentro dos sindicatos. Cooperativismo, associativismo, agricultura orgânica e agroecologia tornam-se assuntos recorrentes.

A aproximação dos STRs com o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) foi determinante para que essa nova agenda de discussões ganhasse força e fosse implementada dentro dos sindicatos (Comerford, 2003; Silva, 2010; Freitas, 2011). A atuação do CTA foi de grande relevância nesse cenário, uma vez que apesar dos STRs ZM terem grande similaridade (origens, quadro social, entre outros), necessitavam de assessorias técnicas distintas. Segundo Freitas (2011, p. 85), o CTA insere-se “no movimento político da agricultura familiar compartilhando das lutas políticas e construindo uma proposta de desenvolvimento rural alternativo, baseado em intervenções a partir de tecnologias alternativas”.

Segundo Martins (2010), os STRs ZM e as organizações que o apoiavam foram responsáveis pelo surgimento de ações e movimentos que culminaram na criação de outras organizações vinculadas a sua realidade. Assim, foram criadas associações representativas, Escolas Família Agrícola (EFAs), cooperativas de produção e, posteriormente, o cooperativismo de crédito solidário (objeto deste estudo). Dessa forma, com a consolidação dos STRs, inicia-se um processo de organização da sociedade civil no campo da agricultura familiar na região, que também coincide com um processo de sucessão das lideranças. Essa segunda geração de lideranças, graças às lutas anteriores, tem como legado uma rede relacional bem estruturada e uma identidade bem definida: a da agricultura familiar.

Em relação ao cooperativismo de crédito, o interesse e o debate dentro dos STRs da Zona da Mata mineira eram grandes, uma vez que os agentes financeiros tradicionais (bancos), não tinham interesse e nem expertise para atender o pequeno agricultor, como exemplificado por um agricultor familiar da microrregião de Muriaé:

É isso que tocou a gente a organizar nos direitos e também no crédito. Que aquilo que foi iniciado ali, às vezes o trabalhador rural, o pequeno proprietário, o meeiro, o parceiro ali. Ele chegava nos bancos e os bancos nem olhava pra ele porque era uma pessoa que não tinha uma vestimenta às vezes, de chinelo no pé, descalço e que eles, o banco, não confiava de abrir um crédito pra ele, até uma conta. Como é que uma pessoa daquela tinha dinheiro para botar nessa conta?” (Diário de campo, 2017)

Assim, apesar de as lideranças pioneiras dos STRs ZM iniciarem, na década de 1990, um debate sobre a criação de um cooperativismo de crédito voltado aos interesses e às necessidades de seus associados, o assunto ficou em espera, priorizando-se o associativismo e outras ações. Porém, com o advento do Pronaf e a ineficiência dos agentes financeiros tradicionais em operacionalizar essa linha de crédito para o agricultor familiar, o cooperativismo de crédito fortaleceu-se nas pautas dos STRs locais, como se percebe na passagem a seguir:

Então, na verdade, o cooperativismo de crédito porque ele surge (na ZM mineira), né? Ele surge no sentido do entendimento da economia dos produtores e porque também, você vê, a questão do Pronaf foi, porém como se dava acesso os produtores ao Pronaf? Que era uma linha de crédito específica aos agricultores, então não se dava, dava para os aviadores. E aí quando o sindicato tinha bandeira aí nessa questão do Pronaf, enfim, então tinha muitos desafios nas agências convencionais né? Principalmente no Banco do Brasil, na época que geriu o Pronaf, né? Então, assim, os produtores eles não tinham vez nas agências bancárias. E aí não tendo vez nas agências como que eles iriam fortalecer sua propriedade? Porque você precisa de ter o sindicato organizando sua documentação, toda a sua documentação, você tem que ter o cooperativismo de produção para te contribuir na sua comercialização, mas você também tem que ter crédito, se não isso não ia funcionar. Aí a gente tinha o desafio do crédito. Então, o crédito surge de uma demanda de fortalecimento dos agricultores assim como também difícil acesso às agências que existia (Entrevistado DIR02).

Com o advento de novas lideranças no movimento sindical na região, junto a uma nova conjuntura política em âmbito nacional, e com a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, sobretudo em relação ao acesso ao crédito rural, investe-se, novamente, na ideia de criação de um cooperativismo de crédito da AF na região. O cooperativismo de crédito ligado à AF “surge por uma necessidade, por uma demanda dos agricultores pelo acesso ao crédito. E, quem fomentou todo o processo foi o movimento sindical dos trabalhadores rurais” (Entrevistado EXPRE01), e que é reforçado também pela fala a seguir:

[...] o principal, que alavancou a ter ela (cooperativa de crédito), foi a questão da demanda por crédito que a agricultura tinha e não acessava, que era de difícil acesso ao pequeno agricultor no Brasil, e nas outras instituições financeiras, isso era muito mais complicado do que é hoje. Então, foi a partir daí que eu entendo que a cooperativa surgiu dessa demanda, por crédito a princípio, né? [...] nem tanto sonhavam com outros produtos e serviços financeiros naqueles momentos, a demanda emergencial é uma coisa que impulsionasse a produção e desse um meio deles sobreviver no campo (Entrevistado DIR02).

A partir da implementação do Pronaf pelo Governo Federal, em 1996, essa dificuldade de acesso a políticas de crédito, agora pensadas e estruturadas para a AF, por meio dos agentes financeiros tradicionais, acaba por induzir, ainda mais, o conceito de um modelo de cooperativismo de crédito organizado pela e para a agricultura familiar, como pode-se perceber no relato a seguir:

Com a criação do Pronaf, nós tínhamos uma parceria entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Banco do Brasil para liberação do Pronaf, porque mesmo criado em 94 e iniciado o processo de liberação dos recursos em 96 e 97, mas os recursos não chegavam até os agricultores, tínhamos o programa um volume pequeno e uma demanda grande, e a política dotada pelo sistema financeiro ainda não era de atender os agricultores familiares, daí, então, por necessidade uma vez que não atendia à demanda dos agricultores, nós pensamos, vamos então nos organizar num sistema de cooperativas de crédito, onde a gente vai conseguir atender essas demandas (Entrevistado EXPRE01).

Contudo, durante a trajetória dos STRs ZM, que culminou na criação das cooperativas de crédito solidárias vinculadas à AF, ocorreram alguns conflitos e disputas internos que fizeram com que a origem, os desafios e as necessidades em comum não fossem suficientes para manter a unidade e coesão entre essas organizações. Conforme salienta Freitas (2015), isso ocorre porque as relações sociais constituídas, desde as CEBs, e as mobilizações oriundas deste processo, não são simétricas e harmônicas. Com o tempo, as divergências político-ideológicas existentes foram crescendo a ponto de afetar as relações de poder, o que culminou em uma divisão entre essas organizações.

Se antes os STRs ZM ligavam-se pela mesma origem e bandeira (luta pela defesa dos interesses da AF) e pela oposição ao sindicalismo tradicional, nesse segundo momento, esses pontos de convergência são postos de lado e as críticas sobre o modelo de atuação e disputa interna pelo controle da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg) criam uma ruptura histórica no novo sindicalismo rural da Zona da Mata mineira (Silva, 2010).

Apesar de a ruptura se dar por vieses ideológicos e relações de poder, as entrevistas realizadas apontam que havia um coordenador no polo da Fetaemg na ZM, o qual era o ponto de equilíbrio e estabilidade das relações sociais no universo dos STRs ZM. A partir do momento que esse ator se afasta do movimento, ao assumir um cargo público comissionado, a lacuna deixada por ele provoca uma disputa por cargos, que culmina na segregação do setor. A falta de um ator hábil socialmente, após a saída desse coordenador, com capacidade de articulação, poder de unicidade e liderança, foi fundamental para a ruptura sindical que se processou, conforme relato de um entrevistado:

Acho que o princípio disso aí começou, porque assim, o coordenador do polo da FETAEMG na Zona da Mata, essa foi a chave aonde começou os problemas, quando ele afastou daqui. Ele conseguia uma unanimidade, ele afastou do movimento, ele foi para o poder público e aí começou as disputas por cargos (Entrevistado DIR01).

Dos 30 STRs ZM existentes nos anos 2000, 26 deles organizaram-se e apoiaram a candidatura do substituto do ocupante anterior, para o cargo de Coordenador do Polo ZM da Fetaemg, na composição da chapa para disputa da presidência da Fetaemg. Porém, a direção da Fetaemg, ao montar a chapa de disputa das eleições (chapa única), desconsiderou o pleito desses STRs, indicando outro nome para ocupar o cargo. A insatisfação com a decisão, somada às críticas já existentes a respeito da atuação e das diretrizes da Fetaemg, provocou uma dissidência nesses sindicatos, que abandonam a Fetaemg e criam a Fetraf - MG. Isso ocorreu devido ao coordenador do Polo ZM anterior, além do apoio dos 30 sindicatos, ainda possuir forte poder de articulação com as outras regionais sindicais, ONGs, CEBs e grande influência político-partidária; e, com sua saída, a pessoa que o substituiu não possuía a mesma rede de articulação, contando apenas com o apoio dos sindicatos locais e de algumas organizações, como o CTA.

A partir dessa cisão, emergem no panorama sindical da ZM duas forças em disputa, os ligados à Fetaemg e os vinculados à Fetraf. Esse quadro permeará todo o processo de criação do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais, o que explica a existência de dois modelos distintos de sistemas em um primeiro momento. Como reflexo da contenda no movimento sindical, alguns fatos ocorrem: (i) a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata (formada anteriormente pela totalidade dos STRs ZM), transfere sua sede de Muriaé para a cidade de Divino, e os STRs vinculados à Fetaemg desvinculam-se dessa instituição; (ii) o CTA passa a desenvolver trabalhos apenas com os STRs vinculados à Fetraf, distanciando-se da Fetaemg; (iii) os STRs vinculados à Fetaemg criam a Associação Intermunicipal dos Pequenos Agricultores Produtores Rurais, com sede em Muriaé e com o apoio e suporte da Fetaemg, constitui-se o Centro de Estudos, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata Mineira (Ceifar) para assessoria ao movimento sindical e às organizações vinculadas a ele, tendo como finalidade preencher a lacuna na assessoria técnica deixada pelo distanciamento do CTA. Nesse cenário, ocorrem a criação de cooperativas de crédito rural solidárias Creditag, vinculadas aos STRs da Fetaemg e com suporte da Contag, e a criação de cooperativas de crédito rural solidárias Ecosol, vinculadas aos STRs da Fetraf e com suporte da CUT (Freitas, 2015).

Assim, a introdução de novas formas organizacionais dentro de movimentos sociais, apresentam as mesmas como resultado de um processo político. Neste, um conjunto de crenças, normas e valores vinculados a estas organizações, são incorporados a novas estruturas organizacionais a fim de aumentar a representatividade delas para além de seu campo de ação. A sociogênese do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais é um exemplo deste tipo de ação, uma vez que sindicatos e outras entidades de representação política se organizaram para incubar uma organização que carregue seus valores e crenças para um novo campo de ação, no caso o Sistema Financeiro Nacional.

4. Conclusão

As CEBs e os STRs ZM assumem um importante papel nos processos e na dinâmica das cooperativas de crédito solidárias em Minas Gerais, que por sua vez, surgem como um mecanismo de resistência e de alternativa ao crédito ligado a um projeto político de fortalecimento da condição social da agricultura familiar. Sem a atuação desses atores, esse processo não seria possível.

As inflexões baseadas nas origens do cooperativismo de crédito solidário mineiro demonstram que ele não fora promovido apenas como estratégia racional para ampliar as ações dos sindicatos para ofertar serviços financeiros à agricultura familiar. Uma dimensão institucional revestiu esse processo, condicionado por elementos simbólicos, políticos e relações de fé. Nesse cenário, esse modelo organizacional emerge das relações vinculadas a fé (igreja), enxada (sindicatos) e dinheiro (acesso a serviços financeiros).

O processo promovido por estes atores sociais deu suporte à um modelo para o cooperativismo de crédito, horizontalizado e desenvolvido a partir de uma base social forte e coesa em defesa da agricultura familiar, proporcionando estabelecer um empreendimento financeiro com características próprias, com um perfil distinto dos atores historicamente

atuantes no Sistema Financeiro Brasileiro. Isso trouxe, ao Sistema Financeiro Nacional, técnico e elitista, parâmetros sociais de atuação, sob os quais os agentes financeiros tradicionais não (se) dispunham a atuar.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio que proporcionou o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa que culminou neste artigo.

Referências

- Alves Júnior, A. (2018). A institucionalização do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais. Ano de obtenção 2018. 135f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa.
- Appendini, K., & Nuijten, M. (abril de 2002). El papel de las instituciones los contextos locales. *Revista de la Cepal*(76), 71-88.
- Aquino, J. R., & Schneider, S. (2015). O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. Em C. Grisa, & S. S. (Org.), *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural*, UFRGS.
- Bervian, P. A., & Cervo, A. L. (2002). *Metodologia científica* (5a ed.): Prentice Hall.
- Brunow, V. O. (2011). Trabalhadores Rurais, Sindicatos, Igreja Católica e Política: Um estudo sobre a atuação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) na década de 1980. XXVI Simpósio Nacional de História.
- Búrigo, F. L. (1998). Cooperativa de crédito rural - uma opção para democratizar o financiamento rural. *Revista Pensamento e Realidade*, 1(2), 65-82.
- Búrigo, F. L. (2006). Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Ano de obtenção 2006. 317f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.
- Campos, A., & Mendes, F. (2011). Redes sociais, comunidades eclesiais de base e sindicalismo rural a experiência da conquista de terras em conjunto entre agricultores familiares da Zona da Mata Mineira. *Ruris*, 5, 15-43.
- Carvalho, C., Goulart, S., & Vieira, M. (2004). A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. ENANPAD.
- Comerford, J. C. (2003). Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- CPT. (2018). Comissão Pastoral da Terra: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>
- ECOSOL. (2006). Ecosol. <https://web.archive.org/web/20061116063916/http://www.ecosol.com.br:80/>
- Eisenlohr, Z. F. (2008). Agricultura Familiar E Reprodução Social Em Tombos-Mg: Análise De Um Processo Emancipatório. 134f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa: Viçosa.
- Favareto, A. (out de 2006). Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21.
- Ferreira, S. M. (2003). Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e Trajetória Político-Religiosa. *Sacrilegens (Juiz de Fora)*, 1(1), 123-137.
- Fligstein, n. (s.d.). Habilidade social e a teoria dos campos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 61-80.
- Fourez, G. (1995). *A Construção das Ciências, Introdução à Filosofia e Ética das Ciências*: UNESP.
- Frei Betto. (2018). Frei Betto: Comunidades Eclesiais de Base: CEBs. <https://leonardoboff.wordpress.com/2018/01/31/frei-betto-comunidades-eclesiais-de-base-cebs/>
- Freitas, A. F. (2011). A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira. Ano de obtenção 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa.
- Freitas, A. F. (2015). A Dinâmicas Sociais e Desenvolvimento Territorial na Serra do Brigadeiro: Atores, Redes e Instituições. Ano de obtenção 2015. 245f. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Administração, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.
- Freitas, A. F., & Freitas, A. F. (set de 2013). Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 51(3), 433-453.
- Gawlak, A. (2010). *Cooperativismo: primeiras lições* / [Albino Gawlak, Fabiane Allage y Ratzke] (4a ed.): SESCOOP.
- Gonçalves, R. L. (2012). A Atuação Da Comissão Pastoral Da Terra (Cpt) Em Campos Dos Goytacazes, Rj: Uma Análise Do Assentamento Zumbi Dos Palmares. Ano de obtenção 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa.
- Houtzager, P. P. (2004). *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*: Editora Globo.
- Lemieux, C. (2015). A escrita sociológica. Em S. Paugam, *A pesquisa Sociológica: Vozes*.

- Long, N., & Ploeg, J. V. (2011). Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. Em S. Schneider, & M. Gazolla, Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. (21-48): UFRGS Editora.
- Löwy, M. (2016). O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina (2ª ed.): Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular.
- Martins, M. (2010). O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araçuaia e Tombos/MG. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- Martins, M. E. (2016). Sujeitos rurais e organizações do cooperativismo de crédito rural solidário: (des)caminhos, (im)possibilidades e (re)invenções. Ano de obtenção 2016. 241f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa.
- Mobon. (2018). Movimento Boa Nova: <https://www.mobon.org.br/>
- OCB. (2018). Relatório De Gestão 2017. Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Brasília.
- Paula, E. A., & Silva, M. C. R. (2005). Sindicalismo Rural, Poder Local e ambientalismo na terra de Chico Mendes. XII Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociologia e Realidade Pesquisa Social no Sec XXI.
- Pinho, D. B. (2004). O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária: Saraiva.
- Rao, H., Morrill, C., & Zald, M. (2000). Power Plays: How Social Movements and Collective Action Create New Organizational Forms. *Research in Organizational Behavior*, 22, 237-281.
- Regidor, J. R. (1996). Vinte e cinco anos de Teologia da Libertação. Em A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas: Ática.
- Richardson, R. J. (1985). Pesquisa social: métodos e técnicas: Atlas.
- Sartori, S. (2009). Ações para melhoria da satisfação dos clientes em uma cooperativa de crédito. Ano de obtenção 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria.
- Schneider, S., & Gazolla, M. (. (2011). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais: UFRGS Editora.
- Sensato, E. J. (2013). Entre Promessas E Contradições: Dilemas Da Ação Política Na Trajetória Do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Muriaé-Mg. ano de obtenção: 2013. 83f. (mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural - UFV: Viçosa.
- Silva, M. (2010). Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar em Espera Feliz – MG. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa: Viçosa.
- Sucupira, G., & Freitas, A. F. (2011). Cooperativismo de Crédito Solidário: Um Arranjo Institucional em Prol do Desenvolvimento Local. *Rede: Revista Eletrônica do Prodema*, 23-40.
- Vergara, S. C. (1998). Projetos e relatórios de pesquisa em administração (2a ed): Atlas.
- Yin, R. (2010). Estudo de casos: planejamento e métodos: Bookman.